

Banco Rodobens S.A.

Demonstrações financeiras individuais
em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	7
Balço patrimonial	10
Demonstração do resultado	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstração dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais	
1. Contexto operacional	15
2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e principais políticas contábeis	15
2.1. Base de preparação	15
2.2. Novas normas, alterações nas principais políticas contábeis e divulgações	16
2.3. Resumo das principais políticas contábeis	18
3. Caixa e equivalentes de caixa	23
4. Aplicações interfinanceiras de liquidez	24
5. Títulos e valores mobiliários	24
6. Derivativos	25
7. Relações interfinanceiras	27
8. Operações de crédito e arrendamento mercantil	27
9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	31
10. Outros créditos	32
11. Outros valores e bens	33
12. Ativos e passivos fiscais	33
13. Investimentos em participações em coligadas e controladas	35
14. Imobilizado de uso, imobilizado de arrendamento e intangível	37
15. Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2025	38
16. Depósitos	38
17. Recursos de aceites e emissão de títulos	38
18. Obrigações por empréstimos e repasses do país – instituições oficiais	39
19. Passivo de arrendamento	40
20. Despesas com captações, empréstimos e repasses	40
21. Outras obrigações	41
22. Patrimônio líquido	43
23. Transações entre partes relacionadas	45
24. Outras informações	46
25. Limite operacional – Acordo da Basileia	49
26. Gerenciamento de riscos e capital	51
27. Eventos subsequentes	54

Relatório da administração

Banco Rodobens S.A.

O **Banco Rodobens S.A.** integra o ecossistema financeiro do Grupo Rodobens, uma plataforma completa de serviços que reúne Banco, Consórcio, Corretora de Seguros e operações de Leasing & Locação. Com forte presença no varejo automotivo — abrangendo veículos leves e pesados — o Banco atua por meio de canais físicos e digitais de forma integrada, oferecendo soluções sinérgicas ao longo do ciclo de vida dos clientes e ampliando oportunidades de negócios dentro de um ecossistema unificado.

Sua estrutura operacional está organizada em três frentes de negócio que sustentam sua estratégia de crescimento, diversificação e fortalecimento de relacionamento com clientes e parceiros:

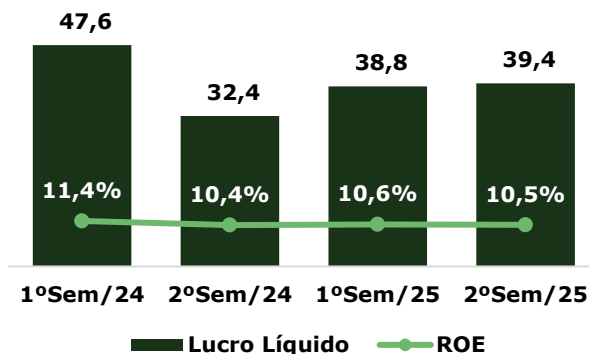
- Varejo Automotivo**
 Atuação junto às concessionárias Rodobens, oferecendo soluções completas de financiamento e arrendamento para veículos leves e comerciais.
 Portfólio de produtos: CDC, Finame, CCE, Plano Pontual, Leasing Operacional e Leasing Financeiro.
- Pessoa Jurídica**
 Atendimento consultivo e especializado para grandes frotistas, locadoras, montadoras, concessionárias e clientes institucionais, com soluções voltadas à gestão e expansão de frotas.
 Portfólio de produtos: Floor Plan, Cessão de Recebíveis e demais soluções já oferecidas ao varejo automotivo.
- Parcerias**
 Oferta de produtos de crédito por meio de parceiros estratégicos e agentes comissionados, ampliando a capilaridade e permitindo acesso a novos segmentos de clientes.
 Produto principal: Empréstimo com Garantia de Imóveis (EGI).

Com um modelo de negócios orientado à integração de soluções, eficiência operacional e foco no cliente, o Banco Rodobens mantém sua trajetória de evolução, diversificação de receitas e fortalecimento de práticas de gestão, governança e sustentabilidade.

Comparativo de resultado do segundo semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2025

Lucro líquido

O lucro líquido do 2º semestre de 2025 atingiu R\$ 39,4 milhões, 22% acima do resultado apresentado no segundo semestre de 2024 (R\$ 32,4 milhões). Com esse resultado, o Banco apresentou ROE anualizado (*Return On Equity*) de 10,5% em 2025, superior a rentabilidade de 2024 (10,4% ao ano).



Resultado bruto de intermediação financeira

O resultado bruto foi de R\$ 47,4 milhões no segundo semestre de 2025, o que corresponde a uma redução de 25% frente ao resultado do segundo semestre do ano anterior.

As receitas de intermediação financeira no segundo semestre de 2025 apresentaram um aumento de 13% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Este aumento está relacionado à nova estrutura da carteira de crédito com foco na rentabilidade. Nesse semestre a despesa com inadimplência foi 13% maior que no mesmo semestre do ano anterior.

Despesas administrativas, pessoal e tributárias

No segundo semestre de 2025, o Banco Rodobens S.A. continuou a focar na geração de eficiências operacionais, mantendo a qualidade da sua carteira e aumentando a rentabilidade do seu portfólio. O resultado dessa estratégia foi a manutenção dos níveis de despesa quando comparando o segundo semestre de 2025 ao segundo semestre de 2024.

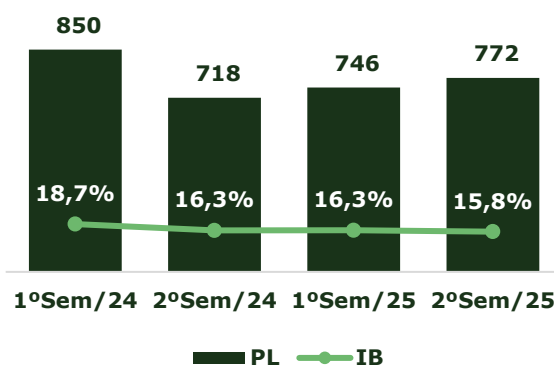
Rating

Para o segundo semestre de 2025 o Banco Rodobens manteve o seu patamar de Rating pela Fitch Ratings em 'AA+(bra)', com perspectiva estável.

Estrutura de capital e funding

No segundo semestre de 2025 o banco realizou captações na ordem de R\$ 662 milhões.

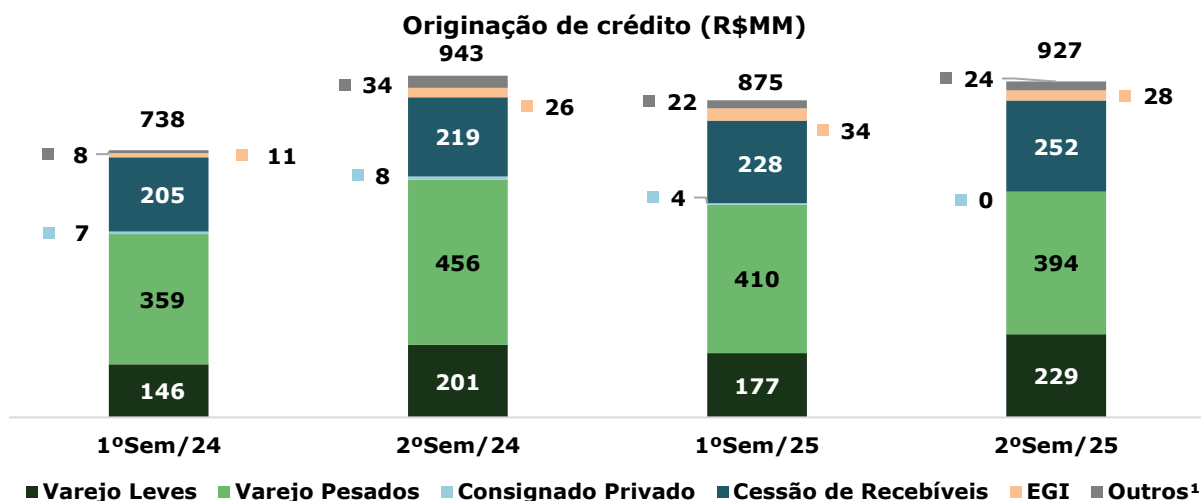
Com um patrimônio líquido (PL) de R\$ 772 milhões e um índice de Basileia (IB) de 15,8% o Banco Rodobens apresenta um balanço bastante confortável para a execução da sua estratégia. A variação de R\$ 54 milhões no PL em 12 meses é explicada em grande parte pelos resultados acumulados do período. Importante ressaltar que os mínimos regulatórios* para o índice de Basileia em Dezembro/25 é de 10,5%.



Carteira de crédito

Em 2025, o Banco manteve sua estratégia de originação concentrada em financiamentos e arrendamentos mercantis nas concessionárias do grupo, com foco direcionado para produtos de maior rentabilidade. Nesse contexto, o produto Consignado foi descontinuado, permanecendo apenas a carteira em run-off.

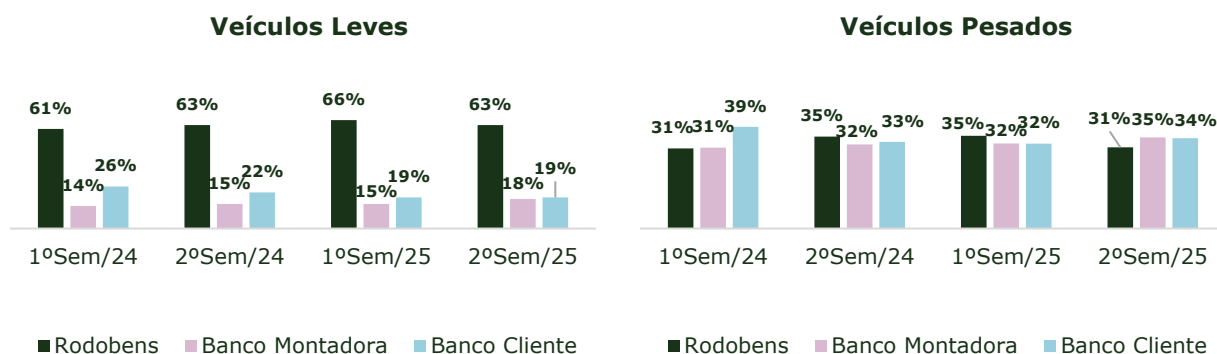
Como resultado dessa reorientação estratégica, a originação de crédito no segundo semestre ficou no mesmo patamar do mesmo período de 2024, com destaque para a produção no varejo automotivo.



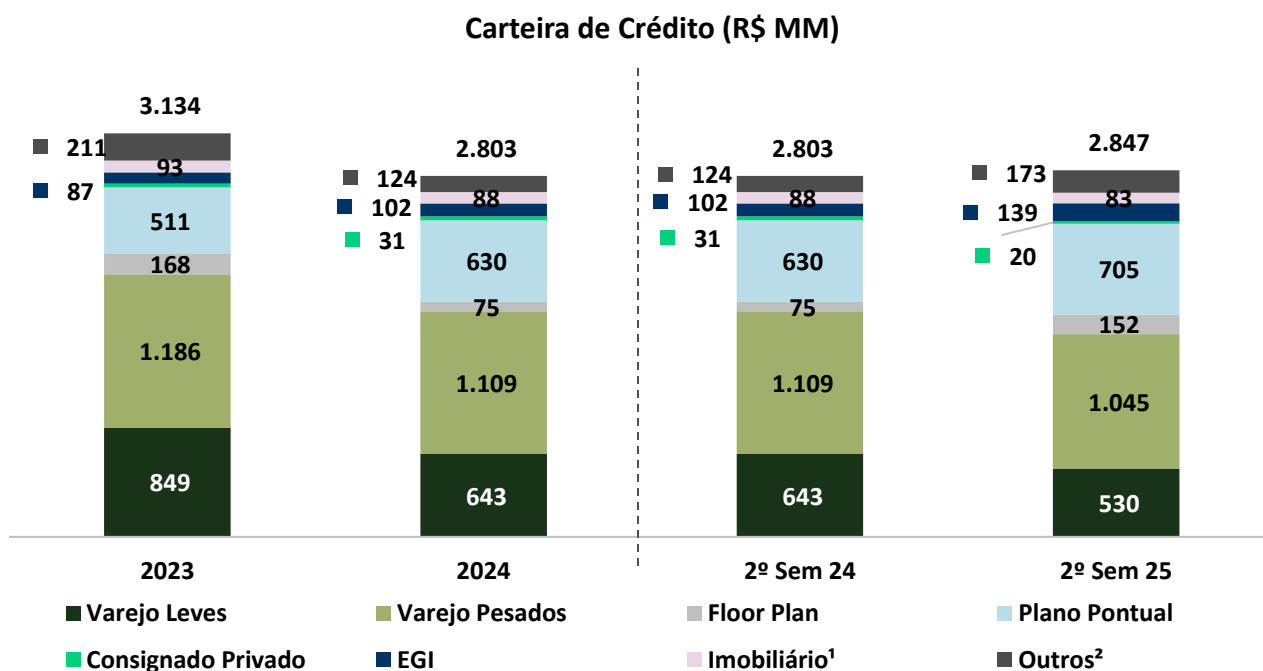
1.Outros Produtos: Capital de Giro, Financiamento Pós-Vendas, Financiamento Imobiliário, KG Coligadas, Empréstimo com Garantia de Consórcio.

* Fonte Bacen

Na categoria de veículos leves atingimos um *market-share*⁽ⁱ⁾ de 63% dentro das concessionárias Rodobens no acumulado do 2º semestre de 2025. Na categoria de veículos pesados, o *market-share* foi de 31% dentro das concessionárias Rodobens.

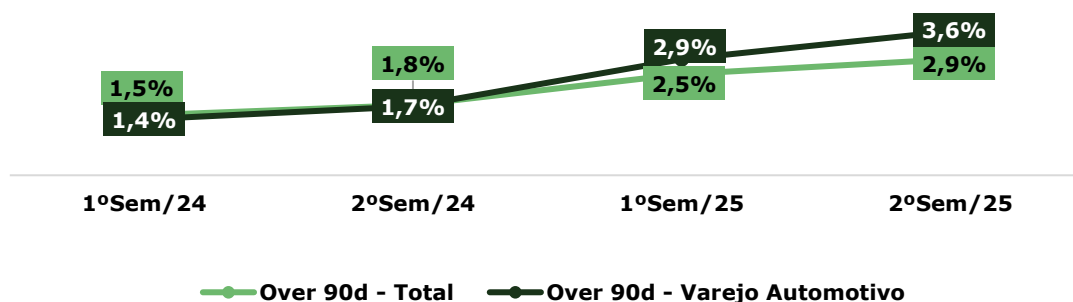


A carteira de crédito se manteve no patamar de R\$ 2,8 bilhões no fechamento do segundo semestre de 2025, com uma variação mínima se comparada ao segundo semestre de 2024. A carteira do segmento Varejo Automotivo, composta de financiamentos de veículos leves, pesados, frotistas e floor plan⁽ⁱⁱ⁾ seguiu o movimento de retração por conta da interrupção na originação de financiamentos em concessionárias parceiras, reduzindo 5% nos últimos 12 meses. A carteira imobiliária que não faz parte da atual estratégia do banco (run-off) continua em queda e reduziu 6% em comparação com o segundo semestre de 2024, seguindo o mesmo movimento de anos anteriores.



Inadimplência

O indicador over 90d⁽ⁱⁱⁱ⁾ de inadimplência da carteira fechou em 2,9% no semestre, demonstrando um aumento frente aos semestres anteriores, em razão da mudança da regra de provisionamento por conta do regulatório 4966. O *over 90 dias* do segmento automotivo manteve trajetória de crescimento, influenciado pelo aumento dos pedidos de Recuperação Judicial (RJs) no setor e pelo movimento mais amplo de elevação da inadimplência observado no mercado.



(i) *Market Share*: Participação de mercado dentro das concessionárias do grupo Rodobens

(ii) Floor Plan: totalizando R\$ 152,0 milhões em dez/25

(iii) Over 90d: Créditos vencidos a mais que 90 dias

1. Imobiliário: Cessão RNI, Cessão P.E., Refin. Imóveis, Plano Empresário, Plano Único, Financiamento Imobiliário (CEF), Financiamento Imobiliário (tesouraria)

2. Outros Produtos: Kg Partes Relacionadas, Capital de Giro, Floor Plan, CCB Serviços, Cessão de Recebíveis, Empréstimo com Garantia de Consórcio.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Rodobens S.A

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Rodobens S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais do Banco Rodobens S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras individuais de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras individuais que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras individuais referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP-206103/O-4

Balço patrimonial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2025	Passivo	Nota	31 de dezembro de 2025
Ativo circulante e não circulante			Passivo circulante e não circulante		
Disponibilidades	3	1.183	Depósitos e demais instrumentos financeiros		
Instrumentos financeiros			Depósitos	16	1.399.784
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	25.000	Recursos de aceites e emissão de títulos	17	1.296.394
Títulos e valores mobiliários	5 (a)	383.921	Ajuste a mercado das operações objeto de hedge	6 (a)	(14.460)
Derivativos	6 (b)	20.844	Relações interfinanceiras	7	
Relações interfinanceiras	7	2.872	Obrigações por empréstimos e repasses - no país	18	212.129
Operações de crédito			Instrumentos financeiros derivativos	6 (a) e 6 (b)	35.103
Operações de crédito - setor privado	8	2.534.489	Provisões para perdas sobre Créditos a liberar e Arrendamento mercantil operacional a vencer	9 (a.ii) e 9 (b)	8.130
(-) Descontos a apropriar das aquisição de recebíveis	8 (a.i)	(6.075)	Passivo de arrendamento	19	4.715
Ajuste a mercado das operações objeto de <i>hedge</i>	6 (a)	(2.171)			
Arrendamento mercantil operacional			Outras obrigações		
Arrendamento mercantil operacional	8	313.779	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		928
(-) Rendas a apropriar arrendamento mercantil operacional		(310.123)	Sociais e estatutárias	21 (a)	3.149
Ajuste a mercado das operações objeto de <i>hedge</i>	6 (a)	(41)	Fiscais e previdenciárias	21 (b)	81.259
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito			Diversas	21 (c)	<u>43.978</u>
Operações de crédito	9 (a.i) e 9 (b)	(106.846)	Total do passivo		3.071.109
Arrendamento mercantil operacional	9 (a.i) e 9 (b)	(519)			
Outros créditos	10	177.521	Patrimônio líquido	22	
Outros valores e bens	11	106.050	Capital social		402.045
Ativos fiscais			Reservas de lucros		370.503
Correntes	12 (a)	3.559	Outros resultados abrangentes		<u>(144)</u>
Diferidos	12 (b)	113.170	Total do patrimônio líquido		<u>772.404</u>
Permanente					
Investimentos em participações em coligadas e controladas	13	115.219	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>3.843.513</u>
Imobilizado de uso	14	5.415			
Imobilizado de arrendamento	14	453.864			
Ativos intangíveis	14	<u>12.402</u>			
Total do ativo		<u>3.843.513</u>			

Demonstração do resultado
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto resultado por ações

	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Receitas da intermediação financeira		309.860	609.359
Operações de crédito	8 (f)	206.631	433.431
Operações de arrendamento mercantil	8 (f)	62.579	113.445
Resultado de títulos e valores mobiliários	5 (b)	37.913	67.058
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6 (b)	2.737	(4.575)
Despesas da intermediação financeira		(262.497)	(504.422)
Operações de captações no mercado	20	(190.262)	(372.415)
Operações de empréstimos e repasses	20	(15.532)	(32.345)
Operações de arrendamento mercantil		(27.509)	(48.820)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9 (b)	(29.194)	(50.842)
Resultado bruto da intermediação financeira		47.363	104.937
Outras receitas (despesas) operacionais		(3.323)	(13.817)
Receita de prestação de serviços		1.854	3.779
Despesas de pessoal	24 (a)	(9.840)	(20.158)
Outras despesas administrativas	24 (b)	(15.888)	(34.682)
Despesas tributárias	24 (c)	(3.074)	(5.925)
Resultado de participações em coligadas e controladas	13	38.132	74.141
Outras receitas (despesas) operacionais	24 (d)	(14.507)	(30.972)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		44.040	91.120
Imposto de renda e contribuição social	15	(2.846)	(7.700)
Provisão para imposto de renda		(5.949)	(11.381)
Provisão para contribuição social		(4.403)	(8.342)
Ativo fiscal diferido		7.506	12.023
Participações no lucro		(1.758)	(5.210)
Lucro líquido do semestre/exercício		39.436	78.210
Número de ações (em milhares)		282.718	282.718
Lucro por ação (em reais)		0,139	0,277

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais

	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Lucro líquido do semestre/exercício		39.436	78.210
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração de resultado			
Ativos financeiros			
Valor justo de títulos e valores mobiliários e aplicações		(86)	(49)
Tributos diferidos s/ valor justo de títulos e valores mobiliários e aplicações		<u>41</u>	<u>23</u>
		(45)	(26)
Hedge de fluxo de caixa			
Valor justo do <i>hedge</i> de fluxo de caixa - operações de <i>swap</i>	6(b)	321	(1.078)
Tributos diferidos sobre o valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa		<u>(153)</u>	<u>513</u>
		<u>168</u>	<u>(565)</u>
Resultado abrangente do semestre/exercício		<u>39.559</u>	<u>77.619</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Lucros a deliberar			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		402.045	66.838	192.561	56.049	447	717.940	
Efeitos da adoção inicial:								
Resolução CMN nº 4.975 - CPC 06 (R2)	22 (e)					(47)	(47)	
Resolução CMN nº 4.966 - Perdas Esperadas	22 (e)					(7.098)	(7.098)	
Investidas - CPC 06 (R2) e Perdas Esperadas	22 (e)					(2.690)	(2.690)	
Saldos em 01 de janeiro de 2025		402.045	66.838	192.561	56.049	447	708.105	
Lucro líquido do exercício						78.210	78.210	
Destinação para reserva legal	22 (b)		3.911			(3.911)		
Destinação para reserva estatutária	22 (b)			56.049	(56.049)			
Distribuição de dividendos	21 (c)			(5.120)			(5.120)	
Distribuição de JCP	21 (c)					(8.200)	(8.200)	
Proposta para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	22 (b)				5.255	(5.255)		
Lucros a disposição da Assembleia	22 (b)				51.009	(51.009)		
Valor justo títulos e valores mobiliários	22 (d)					(26)	(26)	
Hedge de fluxo de caixa						(565)	(565)	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		402.045	70.749	243.490	56.264	(144)	772.404	
Saldos em 30 de junho de 2025		402.045	68.777	248.610	27.000	(267)	746.165	
Lucro líquido do semestre						39.436	39.436	
Destinação para reserva legal	22 (b)		1.972			(1.972)		
Distribuição de dividendos	21 (c)			(5.120)			(5.120)	
Distribuição de JCP	21 (c)					(8.200)	(8.200)	
Proposta para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	22 (b)				5.255	(5.255)		
Lucros a disposição da Assembleia	22 (b)				24.009	(24.009)		
Valor justo títulos e valores mobiliários	22 (d)					(45)	(45)	
Hedge de fluxo de caixa						168	168	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		402.045	70.749	243.490	56.264	(144)	772.404	

Demonstração dos fluxos de caixa
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais

	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		52.763	91.178
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL		42.282	85.910
Ajuste ao lucro líquido:		10.481	5.268
Resultado de participação em coligadas e controladas	13	(38.132)	(74.141)
Atualização sobre tributos a compensar	24 (d)	(81)	(163)
Atualização dos depósitos judiciais em garantia	24 (d)	(576)	(1.101)
Depreciações e amortizações	14	17.769	31.944
Superveniência/Insuficiência de depreciação			(50)
Resultado da baixa de intangível		23	23
Ajuste ao valor de mercado - derivativos e objeto de <i>hedge</i>		3.728	814
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9 (b)	29.195	50.842
Provisão para passivos contingentes	24 (d)	2.705	4.791
Provisão para perdas em outros créditos	24 (d)	(2.458)	(1.679)
Reversão para perdas em outros valores e bens	24 (d)	853	(2.615)
Provisão para perdas de bens arrendados de leasing operacional	14	(398)	(53)
Contribuições (Pis e Cofins) diferidas		(151)	5
Provisão para despesas de bens arrendados de leasing operacional		(752)	(1.917)
Resultado de exercícios futuros - diferimento de renda de equalização de taxas		493	179
Resultado de exercícios futuros - deságio aquisição créditos sem coobrigação		(16)	(36)
Reversão de provisão para despesas operacionais e administrativas		(3.479)	(3.812)
Provisão para participações no lucro		1.758	2.186
Encargos financeiros com arrendamento			51
Varição de ativos e passivos		(69.132)	(153.993)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		42.421	
Aumento em títulos e valores mobiliários		128.172	47.985
Redução em instrumentos financeiros derivativos		9.735	15.246
Aumento em relações interfinanceiras		28.053	(1.235)
Redução em operações de crédito		46.322	78.476
Redução em operações de arrendamento mercantil		262	2.186
Aumento em outros créditos		(5.995)	(18.324)
Aumento em outros valores e bens		30.227	(27.253)
Aumento em ativos fiscais	12 (a, b)	(6.752)	(15.962)
Aquisição de imobilizado de arrendamento	14	(94.497)	(177.448)
Baixa de imobilizado de arrendamento	14	13.843	25.887
Redução em depósitos		(177.139)	(287.707)
Aumento em recursos de emissões de títulos		(45.106)	300.712
Redução em obrigações por empréstimos e repasses		(24.841)	(73.041)
Redução em outras obrigações		(13.837)	(23.515)
Caixa proveniente das operações		(16.369)	(62.815)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(686)
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais		(16.369)	(63.501)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	14	(673)	(696)
Baixa de imobilizado de uso	14	365	365
Aquisição de intangível	14	(991)	(3.045)
Juros sobre o capital próprio recebidos	13 (iii)	6.650	6.650
Lucros recebidos das investidas	13 (iii)	35.280	64.127
Caixa líquido originado das atividades de investimentos		40.631	67.401
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre o capital próprio pagos	22 (c)	(5.100)	(5.100)
Dividendos pagos	22 (c)	(5.120)	(5.120)
Pagamento de passivo por arrendamento	19	(397)	(716)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(10.617)	(10.936)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		13.645	(7.036)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		12.538	33.219
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	3	26.183	26.183
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		13.645	(7.036)

1. Contexto operacional

O Banco Rodobens S.A. ("Banco" ou "instituição") é uma Companhia de capital fechado, domiciliada na Av Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, sala 73, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-900, em São Paulo-SP, com atuação em todo território nacional, controlada pela Rodobens S.A., holding do Grupo Rodobens. Na forma de banco comercial é autorizado a operar com captação de depósito à vista, carteiras de crédito, investimento, financiamento comercial e arrendamento mercantil. Com foco no segmento de financiamento de veículos, tem como principais produtos o CDC, linhas de repasse do programa Finame, leasing operacional e empréstimos para pessoas jurídicas através de capital de giro com garantia real. Seu principal canal de distribuição é a rede de concessionárias do Grupo, sendo 25 concessionárias de caminhões e ônibus da marca Mercedes-Benz e 17 concessionárias de automóveis das marcas Toyota, Mercedes-Benz e Hyundai.

As demonstrações financeiras individuais do Banco foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações. Na data de emissão das presentes demonstrações financeiras individuais, a administração concluiu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade do Banco de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela administração em 31 de março de 2026.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. O Banco apresenta as demonstrações financeiras individuais, estando dispensado da publicação da posição consolidada, prevista na Resolução do CMN nº 4.818/20.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas, orientações e interpretações precisam ser aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN para que sejam aplicáveis às instituições financeiras. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.924/21 - Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1): Redução ao valor recuperável de ativos.

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2): Demonstração dos fluxos de caixa.;

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1): Divulgação sobre partes relacionadas.;

Resolução CMN nº 4.975/21 – CPC 06 (R2): Arrendamentos

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1): Pagamento baseado em ações;

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23: Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24: Evento subsequente;

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;

Resolução CMN nº 4.967/21 – CPC 28: Propriedade para investimento;

Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1): Benefícios a empregados;

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41: Resultado por ação;

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46: Mensuração do valor justo; e

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47: Receita de contrato com cliente.

2.2. Novas normas, alterações nas principais políticas contábeis e divulgações

O Banco adotou a partir de 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966, alterada pelas Resoluções CMN nº 5.100/23, 5.146/24 e 5.244/25, que define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, atualizada pela Resolução BCB nº 397/24, que dispõe também sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (teste SPPJ), a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros.

Também foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.975, alterada pela Resolução CMN nº 5.101 de 24 de agosto de 2023, que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil.

A partir de 1º de janeiro de 2025, o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – COSIF foi reformulado através do novo plano de contas, com as novas rubricas elencadas nas Instruções Normativas BCB nºs 426 a 433 e alterações posteriores.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução CMN nº 4.966 e da Resolução BCB nº 352 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial. O Banco optou por não reapresentar as informações comparativas de períodos anteriores, por isso, excepcionalmente, não divulga os saldos de 2024, conforme facultado pelo Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, decorrentes das alterações na classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, bem como as novas estimativas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Os efeitos decorrentes da aplicação dos novos critérios contábeis foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. Para compreensão das demonstrações financeiras, foram incluídas informações complementares na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e nas notas explicativas, quando aplicável, correspondente aos saldos de 31 de dezembro de 2024 ajustados com os efeitos da adoção inicial dos novos conceitos contábeis das Resoluções CMN nºs 4.966/21 e 4.975/21, detalhados a seguir:

Adoção da Resolução CMN nº 4.966, Resolução CMN 4.975 e Resolução BCB nº 352

A Resolução CMN nº 4.966/21 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, parte do processo de convergência aos conceitos da norma internacional. Destacam-se os principais impactos nas demonstrações financeiras:

- (i) Os ativos financeiros são mensurados e classificados com base no modelo de negócio do Banco e em suas características contratuais de fluxos de caixa, também denominado teste “SPPJ”;
- (ii) As receitas e os encargos atreladas diretamente à originação dos instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado com base no método de taxa de juros efetivas;
- (iii) O critério de suspensão da apropriação de juros (*stop accrual*) ocorre a partir do momento em que as operações são caracterizadas como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito;
- (iv) Adoção do modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento da estimativa de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB nº 352/23.;
- (v) Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;
- (vi) Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por meio da Resolução BCB nº 352, as novas classificações e mensurações para os ativos financeiros, que receberam as classificações conforme os modelos de negócios do Banco e os critérios de análise que constituem somente em pagamento de principal e de juros sobre o valor do principal (teste "SPPJ"), que verifica se as características dos fluxos de caixa contratuais são consistentes com um acordo de empréstimo básico.

- (i) Custo Amortizado: modelo de negócios que mantem os ativos financeiros com o fim de receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos consistem exclusivamente no pagamento de principal e juros;
- (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): gestão dos ativos financeiros para recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou para negociação e esses fluxos de caixa consistem exclusivamente no pagamento de principal e juros;
- (iii) Valor Justo por meio do Resultado (VJR): adotado para modelo de negócios de negociação dos ativos ou os fluxos de caixa não consistem exclusivamente no pagamento de principal e juros.

O Banco analisou seus ativos financeiros para identificar as características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócio conforme o objetivo da Administração. O Banco manteve a classificação custo amortizado para os ativos da carteira de operações de crédito. Os Títulos e valores mobiliários receberam a classificação Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), exceto as cotas de fundos de investimentos, que não atendem ao teste SPPJ e foram classificadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). As novas classificações dos ativos financeiros foram aplicadas de forma prospectiva e não produziram impacto nas demonstrações financeiras.

Os passivos financeiros mantem a classificação custo amortizado, exceto os contratos derivativos (swap).

A Resolução CMN nº 4.966 revogou a Resolução CMN nº 2.682 (nota 2.3o) a partir de 2025 e, através da Resolução BCB nº 352, adotou a metodologia simplificada como nova estimativa de perdas associadas ao risco de crédito para os instrumentos financeiros com característica de concessão de crédito. A estimativa de perdas esperadas aplicada desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro, sendo o impacto da adoção inicial reconhecido em Reservas de Lucros em contrapartida à correspondente conta redutora dos ativos financeiros e, em contrapartida do passivo, no caso das perdas esperadas relativas ao arrendamento mercantil operacional.

Os ativos financeiros sem característica de concessão de crédito ou os recebíveis de curto prazo e baixo risco recebem o *impairment* de crédito com base em metodologia simplificada interna de perdas esperadas, baseado no atraso no pagamento de principal ou de encargos, no histórico de perdas e outras informações cadastrais, de adimplemento ou inadimplemento das contrapartes, sem impacto na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966.

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(12.906)		
Tributos diferidos	5.808		
Lucros ou prejuízos acumulados (PL)			(7.098)
Total	(7.098)		(7.098)
Impacto sobre o Patrimônio Líquido (%)			-0,99%

Além dos efeitos detalhados, em 01 de janeiro de 2025, não houve outros impactos na adoção da Resolução CMN nº 4.966, incluindo impactos decorrentes da alteração de categoria dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A implementação total das disposições da Resolução BCB nº 352, incluindo a contabilidade de *hedge*, com a designação e o reconhecimento de relações de proteção, está prevista para 1º de janeiro de 2027.

O Banco também adotou a Resolução CMN nº 4.975/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil, conforme o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos. A adoção do CPC 06 foi aplicada de forma retrospectiva à data dos contratos de arrendamento, conforme facultado no Art. 2º, §5º, cujo efeito da adoção inicial foi reconhecido em 1º de janeiro de 2025 em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Imobilizado - Direito de uso	776		
Passivo de arrendamento		862	
Tributos diferidos	39		
Lucros ou prejuízos acumulados (PL)			(47)
Total	815	862	(47)
Impacto sobre o Patrimônio Líquido (%)			-0,01%

O Banco Central divulgou a Resolução CMN nº 5.185/24 que trata da divulgação das informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima (CBPS 01 e CBPS 02) com vigência obrigatória a partir do exercício de 2028.

Não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC. A administração aguardará as deliberações do CMN sobre as normas, orientações e interpretações ainda não aprovadas, para ajustar as demonstrações financeiras do Banco, dentro do que for aplicável.

Através da Emenda Constitucional nº 132/23 foi instituída a Reforma Tributária do Consumo, com a substituição gradual de tributos atuais pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS), cuja regulamentação foi promulgada através das Leis Complementares nº 214/25 e 227/26.

As operações do Banco enquadram-se preponderantemente no regime específico de serviços financeiros. A Administração acompanha o andamento da regulamentação da Reforma Tributária e está adequando suas operações, rotinas fiscais, contábeis e sistemas de informação, bem como a simulação dos impactos financeiros, formação de preços, controles internos e obrigações acessórias. Não é esperado efeitos relevantes que possam comprometer a continuidade do negócio.

2.3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas são aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras individuais incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, valorização de instrumentos financeiros, realização de tributos diferidos, provisão para contingências, outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Os valores estão arredondados ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco são as seguintes:

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As rendas de tarifas bancárias compreendem, substancialmente, as tarifas de cadastros das operações. O Banco não possui receitas de prestação de serviços relevantes, que são reconhecidas mediante a satisfação das obrigações de performance, conforme o CPC 47 - Receita de contratos com clientes. As rendas de tarifas bancárias e as prestações de serviços estão apresentadas na demonstração de resultados como Receita de prestação de serviços.

As receitas de arrendamento mercantil dos tipos financeiro e operacional são registradas quando da exigibilidade das contraprestações, conforme determinado pela Portaria MF nº 140/84, ajustadas pelo valor presente do fluxo futuro das respectivas operações, no caso das operações do tipo financeiro, conforme determinado pela Circular do BACEN nº 1.429/89.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários – livres, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Instrumentos financeiros

O Banco Central, por meio da Resolução BCB nº 352/23, estabeleceu os critérios de classificação e mensuração dos ativos financeiros. De acordo com estes critérios, os ativos financeiros recebem as classificações conforme os modelos de negócios do Banco e os critérios de análise que constituem somente em pagamento de principal e de juros sobre o valor do principal (teste “SPPJ”), que verifica se as características dos fluxos de caixa contratuais são consistentes com um acordo de empréstimo básico.

- (i) Custo Amortizado: modelo de negócios que mantém os ativos financeiros com o fim de receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos consistem exclusivamente no pagamento de principal e juros;
- (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): gestão dos ativos financeiros para recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou para negociação e esses fluxos de caixa consistem exclusivamente no pagamento de principal e juros;
- (iii) Valor Justo por meio do Resultado (VJR): adotado para modelo de negócios de negociação dos ativos ou os fluxos de caixa não consistem exclusivamente no pagamento de principal e juros.

(d) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo são: (i) os títulos e valores mobiliários, classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, exceto as cotas de fundos de investimentos que estão classificadas ao valor justo no resultado; (ii) as cotas de fundos de investimentos estão classificadas e mensuradas ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes.

O valor justo dos instrumentos financeiros é baseado no valor de mercado quando os preços cotados estão disponíveis ou mediante estimativa por meio do desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado. Os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base na hierarquia de valor justo, conforme o CPC 46 - Mensuração do valor justo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Nível 1: informações observáveis baseadas nos preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos;
- Nível 2: informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado.

(e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados "pro rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

(f) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão classificados e mensurados ao valor justo, sendo os títulos privados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e as cotas de fundos de investimentos ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), conforme apresentação na Nota 5, líquido da provisão dos impostos incidentes que está registrada na rubrica "Impostos a recuperar".

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 5(a).

(g) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção ("*hedge*") e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores a receber e a pagar, referentes às operações de *swap*, são registrados em contas patrimoniais (Nota 6).

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de juros. O Banco administra os riscos por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias operacionais, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. O Banco também efetua operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a clientes, associadas a operações de captação ou aplicação de recursos.

Para equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o Banco adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designou certos derivativos como *hedge* de risco de mercado, em que os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* também são demonstrados pelo valor justo e registrados na demonstração de resultado. Também foram designados derivativos como *hedge* de fluxo de caixa, em que o valor justo dos instrumentos é reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

O objetivo da gestão de riscos e a estratégia de proteção destes riscos são documentados no início da operação e de forma contínua quanto à efetividade dos instrumentos financeiros derivativos e o ajuste a valor justo das operações objeto de *hedge*. Se o *hedge* não mais atende aos critérios de contabilização, a relação de proteção é descontinuada. O valor justo dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge*, bem como o valor justo dos instrumentos financeiros objeto de *hedge* estão divulgados na Nota 6 (a).

(h) Operações de crédito

As operações de crédito são compostas por direitos creditórios representados por empréstimos e financiamentos e outros ativos com característica de concessão de crédito, reconhecidas pelo valor presente das contraprestações, apurados com base nas taxas de juros efetivas de cada contrato.

As receitas e encargos das operações de crédito vencidas até 90 dias, são apropriadas no resultado do período (*pro rata temporis*). Para operações classificadas com problema de recuperação de crédito, as receitas e encargos são apropriados ao resultado quando ocorrer o efetivo recebimento das parcelas em atraso.

(i) Demais ativos

Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos. Para estes casos, quando necessário, foram constituídas provisões para ajuste ao valor justo.

(j) Investimentos, imobilizado e intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- . Participação em empresas coligadas e controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial (Nota 13).
- . Depreciação do imobilizado e a amortização do intangível, pelo método linear, às taxas anuais entre 10% e 20% (Nota 14).
- . Depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil operacional pelo prazo contratual e baseada no valor estimado de venda dos bens no final do contrato (Nota 14).

(k) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos.

(l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para a contribuição social foi constituída a alíquota de 20%. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e por adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo, considerando as suas perspectivas de recuperação e estão registrados no ativo não circulante. O Banco também mantém débitos tributários diferidos calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de resultados ainda não tributáveis, e que serão exigidas pela legislação tributária conforme a realização futura. Os débitos e créditos tributários estão demonstrados na Nota 12.

A Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos, em que a dedutibilidade da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social está alinhada às perdas incorridas apuradas conforme a Resolução CMN nº 4.966/21.

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(CPC 25), da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.
- **Passivos contingentes** - são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais, e os classificados como de perda remota não são provisionados, nem divulgados. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil.
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação judicial onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, podendo sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

(n) Impairment

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido.

Essas provisões são reconhecidas no resultado do período. O Banco efetua periodicamente a avaliação dos bens sujeitos aos testes de *impairment*.

(o) Estimativa de perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Banco integra o segmento prudencial "S4", dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada, conforme previsto pela Resolução CMN nº 4.966, com base nos critérios determinados pela Resolução BCB 352/23 e nas avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

A constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, quando aplicável, incide sobre os seguintes ativos financeiros:

- Operações de crédito e outros ativos financeiros com característica de concessão de crédito;
- Operações de arrendamento mercantil operacional; e
- Limites de créditos concedidos e não utilizados.

Conforme a metodologia simplificada de perdas esperadas, os ativos financeiros com característica de concessão de crédito são classificados em cinco carteiras, de "C1" a "C5", e as faixas de atraso das operações. Além disso, as operações são classificadas em:

- (i) não problemáticas: operações que não apresentam problema de recuperação ou que possuem atraso de até 90 dias no recebimento de parcelas;
- (ii) problemáticas adimplidas: operações que apresentem indicativos de que a contraparte não tem capacidade financeira de honrar suas obrigações, ativos que estão em processo de cura (dívida

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- renegociada) ou contratos adimplentes de clientes que possuem outras operações classificadas como ativo problemático (arrasto); e
- (iii) problemáticas inadimplidas: operações que apresentam atraso superior a 90 dias no recebimento de parcelas composto por saldo de principal e encargos ou outros indicativos de deterioração da qualidade de crédito.

A composição está apresentada na Nota 8.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte, são arrastados para a condição de ativo problemático.

O Banco deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como "cura". Para fins de critérios de "cura", o Banco considera as seguintes premissas:

- Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos; e
- Pagamento tempestivo (em dia) de principal e encargos por 8 (oito) meses, conforme evidência suficiente para indicar melhoria financeira significativa da contraparte.

As operações são baixadas para prejuízo contra a provisão existente e controladas em contas de compensação quando atingem 100% de provisão para perdas esperadas e não há expectativa de recuperação.

(p) Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas diretas e indiretas são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e o Banco dispõe de política interna de transações com partes relacionadas. Essas operações são realizadas em condições compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou usuais de mercado, tais como valores, prazos e taxas vigentes nas datas das operações e das suas liquidações. Os saldos das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas estão apresentados na Nota 23(a)

(q) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34, inciso V e §§ 4º e 5º, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota 24 (e).

3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>2025</u>
Disponibilidades	1.183
Aplicações no mercado aberto (i)	<u>25.000</u>
	<u>26.183</u>

- (i) As aplicações no mercado aberto são lastreadas por títulos públicos federais, compostos integralmente por Letras do Tesouro Nacional, e têm prazos de vencimento de um dia útil.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Derivativos

O Banco contratou instrumentos financeiros derivativos (*swap*) para proteção da carteira de crédito e captações, visando minimizar a exposição à variação de taxa de juros.

Os derivativos (*swap*) são classificados ao valor justo através do resultado, exceto quando usados em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, onde a parte efetiva dos ganhos ou perdas é reconhecida em outros resultados abrangentes.

As operações de *swap* foram contratadas a taxas pré-fixadas, IGP-M e IPCA, em negociações associadas às operações de crédito, e a taxas pós fixadas em IPCA e percentual do DI para captações. Essas operações foram avaliadas ao valor de mercado. A mensuração é baseada em métodos já utilizados no mercado, onde o fluxo de caixa de cada parte é descontado a valor presente usando as correspondentes curvas de juros, que são obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, ajustadas ao risco de crédito das contrapartes. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os saldos contábeis das operações de *swap* são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado ou outros resultados abrangentes e estão demonstrados a seguir:

(a) Fluxos financeiros dos swaps

Descrição	2025							Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
<i>Swaps designados no hedge de risco de mercado</i>								
<i>Instrumento de hedge</i>								
Valor referencial	50.549	123.418	67.278	290.188	355.682	89.300	4.700	981.115
Valor de "curva"	(512)	(1.707)	1.789	(123)	(4.045)	(414)	75	(4.937)
Valor justo	(510)	(1.576)	2.460	(194)	(2.540)	(86)	426	(2.020)
Ajuste ao valor justo	2	131	671	(71)	1.505	328	351	2.917
<i>Objeto de hedge - carteira de crédito e captações</i>								
Valor referencial	55.829	111.442	100.418	329.067	378.537	39.753	4.723	1.019.769
Ajuste ao valor justo	658	1.795	(546)	1.901	8.051	741	(352)	12.248
Valor justo	56.487	113.237	99.872	330.968	386.588	40.494	4.371	1.032.017
<i>Swaps designados no hedge de fluxo de caixa</i>								
<i>Instrumento de hedge</i>								
Valor referencial		30.000	14.000	15.000				59.000
Valor de "curva"		(627)	(161)	(1.247)				(2.035)
Valor justo		(579)	(139)	(1.673)				(2.391)
Ajuste ao valor justo		48	22	(426)				(356)
<i>Objeto de hedge - captações</i>								
Valor referencial		30.000	13.999	15.002				59.001
<i>Swaps não usados no hedge accounting</i>								
Valor referencial	105.299	95.587	40.865	111.872	52.492	30.535		436.650
Valor de "curva"	868	1.232	(51)	1.383	74	(18.013)		(14.507)
Valor justo	745	1.133	(252)	1.161	(1.573)	(11.062)		(9.848)
Ajuste ao valor justo	(123)	(99)	(201)	(222)	(1.647)	6.951		4.659
Total valor justo								
Ativo	1.866	3.038	2.579	5.123	7.216	596	426	20.844
Passivo	(1.631)	(4.060)	(510)	(5.829)	(11.329)	(11.744)	-	(35.103)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Saldos dos swaps

	Nível valor justo	Valor Referencial	Banco Rodobens	Contraparte	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	2º Semestre 2025		2025	
							Resultado (DRE)	ORA (DRA)	Resultado (DRE)	ORA (DRA)
CDI x Pré										
Banco Itaú	2	53.000	61.022	(61.635)	633	(1.246)	145	-	(1.766)	-
Banco Bradesco	2	21.000	26.450	(24.654)	1.796	-	178	-	(411)	-
Banco Votorantim	2	347.500	401.905	(393.674)	8.506	(275)	1.343	-	(5.576)	-
Banco ABC Brasil	2	124.000	127.008	(126.844)	202	(38)	163	-	163	-
Banco XP	2	31.060	41.175	(39.497)	1.746	(68)	211	-	(661)	-
Banco Safra	2	1.155	1.834	(1.733)	101	-	25	-	(24)	-
Banco Btg Pactual	2	23.500	25.398	(25.401)	4	(7)	24	-	(3)	-
Banco Daycoval	2	109.000	116.498	(116.972)	58	(532)	145	-	(516)	-
CDI x IGP-M										
Banco Bradesco	2	11.222	11.221	(18.196)	-	(6.975)	353	-	918	-
CDI x IPCA										
Banco Bradesco	2	20.428	20.428	(29.914)	8	(9.494)	(326)	-	(1.254)	-
Banco Votorantim	2	15.000	17.225	(17.053)	172	-	56	-	(104)	-
Banco XP	2	-	-	-	-	-	(4)	-	10	-
Banco Abc Brasil	2	-	-	-	-	-	(10)	-	(33)	-
Banco Itaú	2	20.000	23.162	(22.652)	510	-	126	-	166	-
Banco Safra	2	45.000	51.231	(50.232)	999	-	440	-	1.004	-
Banco Daycoval	2	95.000	104.781	(102.624)	2.157	-	2.441	-	2.223	-
Banco Btg Pactual	2	20.000	22.347	(21.698)	649	-	290	-	641	-
Pré x CDI										
Banco Votorantim	2	22.000	30.494	(31.246)	147	(899)	(242)	-	645	-
Banco XP	2	22.000	31.229	(31.712)	-	(483)	(272)	-	1.213	-
IPCA + Pré x Pré										
Banco Votorantim	2	5.000	6.369	(6.426)	-	(57)	(81)	55	122	(315)
Banco XP	2	15.000	20.013	(21.687)	-	(1.674)	(506)	17	(451)	(682)
Banco Abc Brasil	2	5.000	6.669	(7.032)	-	(363)	(287)	194	(301)	(137)
Banco Btg Pactual	2	34.000	35.065	(35.365)	-	(300)	(355)	55	(355)	56
IPCA + Pré x CDI										
Banco XP	2	119.400	161.821	(171.495)	-	(9.674)	(3.021)	-	(1.753)	-
Banco Abc Brasil	2	-	-	-	-	-	-	-	(87)	-
Banco Safra	2	-	-	-	-	-	-	-	(345)	-
Banco Votorantim	2	25.500	31.136	(33.510)	-	(2.374)	(870)	-	(940)	-
Banco Daycoval	2	15.000	15.327	(15.275)	52	-	52	-	52	-
Banco Btg Pactual	2	79.500	84.060	(81.144)	3.104	(188)	2.916	-	2.917	-
DI + Pré x CDI										
Banco Itaú	2	197.500	238.402	(238.858)	-	(456)	(197)	-	(69)	-
Total		1.476.765	1.712.270	(1.726.529)	20.844	(35.103)	2.737	321	(4.575)	(1.078)
Circulante					<u>12.605</u>	<u>(12.029)</u>				
Não Circulante					<u>8.239</u>	<u>(23.074)</u>				

(c) Contabilização de hedge (hedge accounting)

O Banco Rodobens adotou a contabilidade de *hedge* visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos derivativos designados como proteção.

Parte das operações de *swap* foram designadas como instrumento de *hedge accounting* de valor de mercado, com valor de referência totalizando R\$ 1.106.115, tendo como objeto de *hedge* as operações de crédito em taxas pré-fixadas e captações em taxa pré-fixadas e/ou indexadas ao IPCA. Adicionalmente, algumas operações de *swap* foram designadas como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, com valor de referência no montante de R\$ 59.000, tendo como objeto de *hedge*, captações indexadas ao IPCA.

A efetividade das operações de *hedge accounting* é comprovada pela metodologia *Dollar Offset*. Essa metodologia consiste em comparar as variações no valor justo do instrumento de *hedge* com as variações no valor justo do item protegido sob diferentes cenários de *stress* da curva de juros. A razão entre essas variações é calculada mensalmente e deve se enquadrar em uma faixa predefinida (80% a 125%) para que o *hedge* seja considerado efetivo.

No contexto apresentado, constata-se que o efeito da variação das taxas de juros nas operações de *hedge accounting* é efetivo em relação as variações das taxas de juros sobre as operações objeto de *hedge*, conforme demonstrado abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Teste de efetividade	31 de dezembro de 2025	
	Valor referencial	Ajuste ao valor justo
Hedge accounting		
<i>Swaps</i> designados no <i>hedge</i> de risco de mercado		
Instrumento de <i>hedge</i>	981.115	1.774
Objeto de <i>hedge</i> - carteira de crédito e captações	1.019.769	1.637
<i>Swaps</i> designados no <i>hedge</i> de fluxo de caixa		
Instrumento de <i>hedge</i>	59.000	36
Objeto de <i>hedge</i> - captações	59.001	36

Não houve inefetividade nas relações de *hedge*, portanto, nenhuma reclassificação contábil foi necessária.

7. Relações interfinanceiras

O saldo de relações interfinanceiras corresponde à repasses interfinanceiros com correspondentes bancários e créditos vinculados referente depósitos no Banco Central.

Descrição	2025
Ativo	
Correspondentes bancários	2.028
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central	844
	<u>2.872</u>

8. Operações de crédito e arrendamento mercantil

(a) Composição e concentração da carteira por operações

Descrição	Indústria	Comércio	Rural	Habitação	Serviços (*)	Pessoa física	2025
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.163	958	1	35.825	2.610	150.015	191.572
Financiamentos de veículos e outros bens	161.362	437.051	38.047	104.405	783.248	562.932	2.087.045
Financiamento imobiliário		459		1.266	255	29.572	31.552
Arrend. mercantil financeiro	604	3.791		4.578	6.168		15.141
Arrend. mercantil operacional (Nota 8 (f))	56.487	31.165	7.912	2.132	215.861	222	313.779
Aquisição de recebíveis (i)	13.981	21.370	2.938	3.761	40.441	59.644	142.135
Outros créditos (ii)	10.624	186		1.018	419	54.797	67.044
	<u>245.221</u>	<u>494.980</u>	<u>48.898</u>	<u>152.985</u>	<u>1.049.002</u>	<u>857.182</u>	<u>2.848.268</u>

(*) A operação de serviços é composta, substancialmente, por empresas que atuam no setor de transportes.

Parte das operações de crédito foram designadas como objeto de *hedge accounting* de valor justo (Nota 6 (a)). O ajuste a valor justo das operações objeto de *hedge*, no montante de R\$2.212, não compõem o saldo da carteira de crédito.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Aquisições de recebíveis sem coobrigação, originados das operações de empresas ligadas integrantes do conglomerado Rodobens. Os descontos obtidos nestas aquisições, correspondente à diferença positiva entre o valor efetivamente pago e o valor original contratado atualizado, estão apresentados em conta redutora do ativo e serão reconhecidos no resultado em função do prazo remanescente das operações. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de descontos a apropriar das aquisições de recebíveis era de R\$ 6.075.
- (ii) Os Outros créditos compreendem as operações de devedores por compra de valores e bens, títulos e créditos a receber e créditos a receber de cartões de crédito por meio de compras à vista.

(b) Composição da carteira de operações por vencimento

Faixa de Atraso	Carteira de Crédito					Total
	C1	C2	C3	C4	C5	
Ativos sem problema de recuperação de crédito						
Consignado-Resol. 397 no Art.78 parag 6					12.526	12.526
Demais operações de crédito						
Sem atraso	191.652	2.170.610	2.211	29.669	123.553	2.517.695
1 a 14 Dias	22.237	52.253	39		2.135	76.664
15 a 30 Dias	4.261	29.342	21		2.543	36.167
31 a 60 Dias	8.168	39.633	4		1.566	49.371
61 a 90 Dias	3.542	9.526	74		741	13.883
Sub-Total	229.860	2.301.364	2.349	29.669	143.064	2.706.306
Ativos com problema de recuperação de crédito						
Ativo Problemático - Adimplente	354	52.969			5.590	58.913
Inadimplidos (a partir do atraso de 91 dias)						
Menor que um mês	2.751	11.032			1.347	15.130
Igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	989	4.825			1.006	6.820
Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	247	2.424			1.026	3.697
Igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	488	2.769	2		998	4.257
Igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	854	4.940			965	6.759
Igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	272	2.834			1.038	4.144
Igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	360	2.206			1.008	3.574
Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses		2.230			1.077	3.307
Igual ou maior que 8 e menor que 9 meses		3.892			816	4.708
Igual ou maior que 9 e menor que 10 meses		2.716			1.086	3.802
Igual ou maior que 10 e menor que 11 meses		1.628			823	2.451
Igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	235	2.279			936	3.450
Igual ou maior que 12 e menor que 13 meses		3.477			915	4.392
Igual ou maior que 13 e menor que 14 meses		3.148			910	4.058
Igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	48	1.904			1.016	2.968
Igual ou maior que 15 e menor que 16 meses	814	1.658			3	2.475
Igual ou maior que 16 e menor que 17 meses		409				409
Igual ou maior que 17 e menor que 18 meses		522				522
Igual ou maior que 18 e menor que 19 meses		1.618				1.618
Igual ou maior que 19 e menor que 20 meses		4.370				4.370
Superior a 20 meses	138					138
Sub-Total	7.550	113.850	2		20.560	141.962
Total	237.410	2.415.214	2.351	29.669	163.624	2.848.268

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Concentração do risco de crédito

Descrição	2025	
	Valor	% s/ carteira
Principal devedor	40.468	1,42
10 maiores devedores	192.087	6,74
20 maiores devedores	292.766	10,28
50 maiores devedores	484.813	17,02

(d) Operações renegociadas e recuperadas

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo total de créditos renegociados da instituição é de R\$ 463.029, dos quais R\$ 5.759 (5,18%) foram classificados como reestruturados. As operações de crédito renegociadas no exercício de 2025 totalizaram o montante de R\$ 111.125. Esse montante é composto substancialmente por: (i) financiamentos para aquisição de bens no montante de R\$ 75.818 e operações de arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 8.393, originadas principalmente por prorrogações de parcelas; (ii) operações de empréstimo para capital de giro no montante de R\$ 20.810, decorrentes, em sua maioria, por alterações de taxas e prorrogações de contratos; e (iii) operações de crédito pessoal com consignação em folha de pagamento no montante de R\$ 3.395, para adequação em parte dos contratos, conforme Lei nº 15.179/25.

No exercício de 2025 foram recuperados créditos baixados como prejuízo no valor de R\$ 9.988, cujo valor está registrado em "Receita da intermediação financeira – Operações de crédito e arrendamento mercantil" (Nota 8(f)).

(e) Arrendamento mercantil operacional

	2025
Arrendamentos operacionais a receber	313.779
Rendas a apropriar de arrendamento operacional a receber	(310.123)
Ajuste a mercado das operações objeto de <i>hedge</i>	(41)
Bens arrendados	537.220
Provisão para perdas de bens	(671)
Depreciação acumulada de bens	(82.685)
Valor dos contratos de arrendamento mercantil operacional	457.479

(f) Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito e arrendamento mercantil

	2º semestre	
	2025	2025
Operações de crédito		
Empréstimos e direitos creditórios descontados	16.396	34.260
Financiamentos de veículos e outros bens	124.968	263.657
Financiamento imobiliário	821	2.358
Aquisição de recebíveis (i)	18.038	31.769
Outros créditos	3.060	6.515
Equalização de taxas (ii)	32.976	62.614
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	5.098	9.988
Valor justo das operações objeto de <i>hedge accounting</i>	5.274	22.270
	<u>206.631</u>	<u>433.431</u>
Arrendamento mercantil		
Arrendamento mercantil operacional	61.129	110.478
Arrendamento mercantil financeiro	1.492	3.002
Valor justo das operações objeto de <i>hedge accounting</i>	(42)	(35)
	<u>62.579</u>	<u>113.445</u>
	<u>269.210</u>	<u>546.876</u>

- (i) Descontos obtidos nas aquisições de recebíveis sem coobrigação, originados das operações das empresas ligadas integrantes do conglomerado Rodobens, apropriados como receita em função do prazo transcorrido das operações.
- (ii) Refere-se a remuneração dos juros no financiamento, substancialmente das operações do Plano Pontual, em parceria com as administradoras de consórcios ligadas, para fins de equalização de taxas ("rebate") não repassadas aos clientes.

9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**(a.i) Operações de crédito e arrendamento mercantil operacional vencidos**

Faixa de Atraso	Perdas esperadas associadas ao risco de crédito					Total
	C1	C2	C3	C4	C5	
Ativos sem problema de recuperação de crédito						
Consignado-Resol. 397 no Art.78 parag 6					62	62
Demais operações de crédito						
Sem atraso	2.656	26.153	42	564	2.347	31.762
1 a 14 Dias	309	711	1		41	1.062
15 a 30 Dias	149	968	1		190	1.308
31 a 60 Dias	364	2.040			235	2.639
61 a 90 Dias	173	1.619	24		281	2.097
Sub-Total	3.651	31.491	68	564	3.156	38.930
Ativos com problema de recuperação de crédito						
Ativo Problemático - Adimplente	35	16.794			2.985	19.814
Inadimplidos (a partir do atraso de 91 dias)						
Menor que um mês	274	3.662			719	4.655
Igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	143	1.775			571	2.489
Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	47	975			618	1.640
Igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	115	1.206	1		635	1.957
Igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	239	2.319			647	3.205
Igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	89	1.428			730	2.247
Igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	133	1.187			744	2.064
Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses		1.276			831	2.107
Igual ou maior que 8 e menor que 9 meses		2.359			658	3.017
Igual ou maior que 9 e menor que 10 meses		1.733			913	2.646
Igual ou maior que 10 e menor que 11 meses		1.096			719	1.815
Igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	140	1.608			850	2.598
Igual ou maior que 12 e menor que 13 meses		2.575			862	3.437
Igual ou maior que 13 e menor que 14 meses		2.443			888	3.331
Igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	35	1.542			1.016	2.593
Igual ou maior que 15 e menor que 16 meses	631	1.400			3	2.034
Sub-Total	2.019	52.027			14.389	68.435
Total	5.670	83.518	68	564	17.545	107.365

(a.ii) Créditos a liberar e Arrendamento mercantil operacional a vencer

	C2	C5	Total
Arrendamento mercantil operacional a vencer	5.568		5.568
Provisão de créditos a liberar	2.548	14	2.562
Total	8.116	14	8.130

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A estimativa de perdas associadas ao risco de crédito apresentou as seguintes movimentações:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	57.385		57.385
Adoção inicial das provisões	9.584	3.322	12.906
Constituição das provisões	95.630	6.328	101.958
(-) Reversão das provisões	(49.596)	(1.520)	(51.116)
(-) Créditos baixados para prejuízo (i)	(5.638)		(5.638)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>107.365</u>	<u>8.130</u>	<u>115.495</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Total</u>
Saldos em 30 de junho de 2025	85.961	4.453	90.414
Constituição das provisões	54.168	4.519	58.687
(-) Reversão das provisões	(28.651)	(842)	(29.493)
(-) Créditos baixados para prejuízo (i)	(4.113)		(4.113)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>107.365</u>	<u>8.130</u>	<u>115.495</u>

(i) Créditos baixados para prejuízo contra a provisão existente, mantidos em contas de compensação após atingirem 100% de provisão para perdas esperadas e não há expectativa de recuperação.

10. Outros créditos

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>
Lucros e juros sobre capital próprio a receber (i)	134.948
Devedores por depósitos em garantia (ii)	16.699
Gastos com contencioso a recuperar	15.419
(-) Provisões para perdas - gastos com contencioso (iii)	(9.421)
Adiantamentos e antecipações salariais	2.420
Outros	17.456
	<u>177.521</u>
Circulante	<u>15.277</u>
Não circulante	<u>162.244</u>

- (i) Referem-se ao saldo de lucros e juros sobre capital próprio distribuídos pela investida Rodobens Administradora de Consórcios Ltda., aguardando recebimento (Nota 13 (i)).
- (ii) Referem-se, substancialmente, a depósitos judiciais no montante integral dos créditos tributários oriundos do mandado de segurança para resguardar a dedutibilidade de IRPJ e CSLL sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio referente a exercícios anteriores.
- (iii) A provisão para perdas dos gastos com contencioso utiliza a mesma classificação de risco das operações principais dos clientes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Outros valores e bens

Descrição	2025
Bens não de uso próprio, retomados (i)	
Imóveis	22.786
Veículos	12.336
Outros bens	19.413
(-) Provisões para desvalorizações (ii)	(2.049)
Bens não de uso próprio, leasing operacional (iii)	
Veículos retornados	21.235
Veículos a arrendar	29.173
(-) Provisões para desvalorizações (ii)	(211)
Despesas antecipadas	
Despesas antecipadas leasing operacional	3.083
Outras despesas antecipadas	284
	<u>106.050</u>
Circulante	<u>29.053</u>
Não circulante	<u>76.997</u>

- (i) Referem-se aos veículos, imóveis e outros, obtidos em dação de pagamento, apreendidos ou retomados e deduzidos de suas respectivas provisões para desvalorizações.
- (ii) As provisões para desvalorizações são determinadas pelo valor justo dos bens não de uso próprio (BNDU) mediante laudos de avaliação.
- (iii) Consideram-se os veículos adquiridos para futuros arrendamentos ou retornados dos contratos de arrendamento mercantil encerrados e, quando aplicável, deduzidos de suas respectivas provisões para desvalorizações.

12. Ativos e passivos fiscais

(a) Composição dos ativos fiscais correntes

Descrição	2025
Impostos e Contribuições a Compensar	
Antecipações de IRPJ e CSLL	3.344
Outros impostos e contribuições a compensar	215
	<u>3.559</u>
Circulante	<u>3.559</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos

	31 de dezembro de 2024	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2025
Prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa da CSLL	25.611			25.611
Diferenças temporárias ativas				
Irpj e Csll				
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	25.823	45.475	(25.650)	45.648
Diferimento de receitas de equalização de taxas	1.194	675	(594)	1.275
Perdas de créditos baixados para prejuízo (provisão)	26.681			26.681
Provisões passivas: contingências e desp. oper. e adm.	7.170	2.803	(3.348)	6.625
Redução do valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	<u>9.286</u>	<u>613</u>	<u>(2.569)</u>	<u>7.330</u>
Total ativos fiscais diferidos	<u>95.765</u>	<u>49.566</u>	<u>(32.161)</u>	<u>113.170</u>
Diferenças temporárias passivas				
Pis e Cofins				
Atualização dos depósitos judiciais em garantia	386	51		437
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	1.001		(98)	903
Irpj e Csll				
Ajuste econômico depreciação - Lei 11.638	45.462	27.850	(8.623)	64.689
Atualização dos depósitos judiciais em garantia	2.050	473	(2)	2.521
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	9.261		(906)	8.355
Superveniência (insuficiência) de depreciação	<u>1.182</u>	<u>783</u>	<u>(81)</u>	<u>1.884</u>
Total passivos fiscais diferidos (nota 20 (b))	<u>59.342</u>	<u>29.157</u>	<u>(9.710)</u>	<u>78.789</u>

(c) Projeção de realização e valor presente dos ativos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários foi calculado com base na taxa DI de 14,90% a.a. totalizando R\$81.348.

	Projeção de realização (*)						
						De 5 a 10	Total
	2026	2027	2028	2029	2030	Anos	
Ativos fiscais diferidos							
Adições temporárias	41.163	14.577	7.894	7.106	5.470	11.348	87.558
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL	1.686	2.435	2.909	3.214	3.486	11.881	25.611
	<u>42.849</u>	<u>17.012</u>	<u>10.803</u>	<u>10.320</u>	<u>8.956</u>	<u>23.229</u>	<u>113.169</u>

(*) Projeções conforme as Leis 14.467/2022 e 15.078/2024, que dispõem sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras a partir de 1º de janeiro de 2025.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Investimentos em participações em coligadas e controladas

As participações societárias em empresas do Grupo Rodobens estão sumariadas como a seguir:

	Rodobens Administradora de Consórcios Ltda. (i)	Ativos - Adm. Carteira de Valores Mobiliários Ltda. (ii)	Total
Ativo circulante e não circulante	1.074.754	29.497	
Passivo circulante e não circulante	621.177	2.081	
Patrimônio líquido	453.577	27.416	
Resultado da investida no exercício de 2025	142.941	46.509	
Total do Resultado abrangente em 31 de dezembro de 2025	142.941	46.509	
Capital social em 31 de dezembro de 2025	235.153	100	
Percentual de participação	19,36%	99,90%	
Movimentação em:			
31 de dezembro de 2024	144.053	39.244	183.297
Resultado de equivalência patrimonial	27.679	46.462	74.141
JCP, lucros e dividendos distribuídos (iii)	(81.212)	(58.318)	(139.530)
Ajustes patrimoniais nas investidas (iii)	(2.689)		(2.689)
31 de dezembro de 2025	87.831	27.388	115.219

- (i) A investida Rodobens Administradora de Consórcios Ltda., empresa com sede na Avenida Murchid Homsí, nº 1404, São José do Rio Preto-SP, tem como principal atividade a administração de grupos de consórcio, e sua moeda funcional é o Real.

A investida é considerada como uma empresa coligada. Apesar do Banco Rodobens não manter 20% do poder de voto, exerce influências significativa de outras formas como operações materiais entre o investidor e a investida, intercâmbio de diretores ou gerentes e fornecimento de informação técnica essencial.

- (ii) A investida Ativos - Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda., empresa com sede na Avenida Andrômeda, nº 885, Barueri-SP, tem como principal atividade a administração de carteira de valores mobiliários.

A investida é considerada como uma empresa controlada, pois o Banco Rodobens exerce influência significativa mantendo mais de 20% sobre o poder de voto, e também sobre outras formas como operações materiais entre o investidor e a investida, e fornecimento de informação técnica essencial.

- (iii) Movimentação dos juros sobre capital próprio e lucros auferidos

As distribuições de lucros e juros sobre o capital próprio (JCP) foram devidamente aprovadas em reuniões dos acionistas e registradas em atas. O cálculo dos juros sobre o capital próprio foi baseado na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Os valores a receber estão registrados na rubrica "Outros créditos diversos" (nota 10). Nos quadros abaixo estão detalhadas as movimentações no período:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025							
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Saldo no início do exercício	10.786	18.978	4.279	19.015	6.008	9.464		68.530
Juros sobre o capital próprio (JCP)								
(+) Valor auferido no período							15.569	15.569
(-) Imposto de renda retido na fonte							(2.335)	(2.335)
(-) Recebimento no período							(6.650)	(6.650)
Lucros auferidos								
(+) Valor auferido no período							123.961	123.961
(-) Recebimento no período							(64.127)	(64.127)
Saldo no final do exercício	10.786	18.978	4.279	19.015	6.008	9.464	66.418	134.948

14. Imobilizado de uso, imobilizado de arrendamento e intangível

	Imobilizado de uso				Imobilizado de arrendamento	Intangível		
	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Benfeitoria em bens de terceiros	Direitos de uso de Imóveis	Total	Veículos	Software	Total
2025								
Saldos em 31 de dezembro de 2024								
Custo total	660	616	389		1.665	400.328	18.265	420.258
Depreciação/amortização acumulada	(565)	(444)	(154)		(1.163)	(68.944)	(6.068)	(76.175)
<i>Impairment</i>						(724)		(724)
Saldo contábil líquido	95	172	235		502	330.660	12.197	343.359
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025								
Saldo inicial	95	172	235		502	330.660	12.197	343.359
Adoção da Res. BCB nº 178 - CPC 06 (R2)				776	776			776
Aquisições	18	11	667	4.746	5.442	177.448	3.045	185.935
Reajustes contratos arrendamentos				660	660			660
Baixas valor residual	(64)	(78)	(223)	(883)	(1.248)	(25.887)	(23)	(27.158)
Transferências		(3)			(3)		3	
Depreciação e amortização	(14)	(71)	(31)	(598)	(714)	(28.410)	(2.820)	(31.944)
Resultado na venda de bens imobilizado de uso								
<i>Impairment</i>						53		53
Saldo contábil líquido	35	31	648	4.701	5.415	453.864	12.402	471.681
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025								
Custo total	102	46	649	4.746	5.543	537.220	20.680	563.443
Depreciação/amortização acumulada	(67)	(15)	(1)	(45)	(128)	(82.685)	(8.278)	(91.091)
<i>Impairment</i>						(671)		(671)
Saldo contábil líquido	35	31	648	4.701	5.415	453.864	12.402	471.681
Taxas anuais de depreciação/amortização - %	10	20	10 a 20			5 a 20 (i)	10 a 33,3	

(i) A depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil operacional é pelo prazo contratual e baseada no valor estimado de venda dos bens no final do contrato.

15. Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	2025	
	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	91.120	91.120
Participação no lucro	(5.210)	(5.210)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	85.910	85.910
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	21.478	17.182
Resultado de participações em coligadas e controladas	(18.535)	(14.828)
Juros sobre o capital próprio auferidos	3.892	3.114
Juros sobre o capital próprio distribuídos	(2.050)	(1.640)
Diferenças permanentes	(251)	55
Incentivo fiscal (Lei do bem)	(394)	(323)
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	4.140	3.560

16. Depósitos

As captações em depósitos a vista, a prazo e os depósitos interfinanceiros são negociados a taxas usuais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

2025	Remuneração	Vencimento						Total
		Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Depósitos a vista		3.296						3.296
Depósitos a prazo - CDB (i)								
	80,00% a 150,00% do CDI		17.475	53.453	42.225	36.507	2.045	151.705
	IPCA + 3,69% a 10,15%		106.887	246.217	362.308	40.682	82.873	838.967
	Pré 9,81% a 16,26%		50.169	154.567	165.806	34.513		405.055
Outros depósitos		761						761
		4.057	174.531	454.237	570.339	111.702	84.918	1.399.784

(i) Considerados os vencimentos dos CDBs, com possibilidade de resgate antecipado no caso das operações com pessoas ligadas, no montante de R\$ 64.431.

17. Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos, negociados a taxa de juros de mercado, compreendem a emissão de Letras de créditos imobiliários, Letras de créditos do agronegócio e Letras financeiras. Os títulos têm as seguintes remunerações e distribuição por prazos de vencimentos conforme quadro abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2025	Remuneração	Vencimento					Total
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Letras de créditos imobiliários (i)							
	IPCA + 3,72% a 7,75%		14.331	66.752	867	940	82.890
	83% a 99% do CDI	22	208	19.685	4.829	2.168	26.912
	IPCA + 3,72% a 7,75%	387	51.565	4.142	1.369		57.463
		409	66.104	90.579	7.065	3.108	167.265
Letras de créditos agronegócio (i)							
	Pré 88,6% a 99%	1.364	27.859	8.368			37.591
	6,5% a 7,84% do CDI		3.731	2.136	16.428		22.295
	IPCA + 10,79% a 12,13%		68.087	30.737			98.824
		1.364	99.677	41.241	16.428		158.710
Letras financeiras							
	DI + 0,55% a 0,85%		271.483	698.936			970.419
			271.483	698.936			970.419
		1.773	437.264	830.756	23.493	3.108	1.296.394

- (i) Considerados os vencimentos das LCIs e LCAs com possibilidade de resgate antecipado no caso das operações com pessoas ligadas, respectivamente, nos montantes de R\$ 22.966 e R\$ 17.853.

18. Obrigações por empréstimos e repasses do país – instituições oficiais

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem a fundos e programas especiais gerenciados por instituições oficiais no país, destinados a mutuários finais.

Os repasses referem-se aos valores provenientes do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (Finame), com vencimentos até novembro de 2030. Já os empréstimos correspondem aos valores obtidos junto à Caixa Econômica Federal para o financiamento habitacional, com prazo máximo de 30 anos.

Os encargos financeiros associados são estabelecidos de acordo com as políticas operacionais do sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. As remunerações e distribuição por prazos de vencimentos estão distribuídos conforme quadro abaixo:

2025	Remuneração	Vencimento					Total
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Repasses Finame							
	Pré 6,72% a 16,67%	17.550	15.869	14.630	13.102	73.029	134.180
	Pós 6,32% a 8,79%	675	626	626	626	7.104	9.657
	SELIC 1,15% a 7,28%	8.516	7.652	6.426	5.253	34.368	62.215
		26.741	24.147	21.682	18.981	114.501	206.052
Empréstimos							
	TR + 4,34% a 6,50%	173	480	1.105	899	3.420	6.077
		26.914	24.627	22.787	19.880	117.921	212.129

19. Passivo de arrendamento

	2025
Adoção inicial da Resolução BCB nº 178 - CPC 06 (R2)	
Saldo de passivo de arrendamento	950
(-) Saldo de encargos a apropriar	<u>(88)</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2025	862
Adição de contratos de arrendamento	4.746
Renovações de contratos de arrendamento	660
Redução por baixa de contratos de arrendamento	(965)
Apropriação de encargos de arrendamentos	128
(-) Pagamentos de arrendamentos	<u>(716)</u>
Saldos em 31 de dezembro 2025	<u><u>4.715</u></u>
Distribuição por vencimento:	
Até 3 meses	80
Entre 3 a 12 meses	<u>249</u>
Passivo circulante	<u>329</u>
Entre 1 e 2 anos	745
Entre 2 e 5 anos	1.374
Acima de 5 anos	<u>2.267</u>
Passivo não circulante	<u><u>4.386</u></u>

20. Despesas com captações, empréstimos e repasses

	2º Semestre	2025
	2025	2025
Depósitos a prazo	89.363	192.734
Emissões de títulos		
Letras financeiras	80.130	141.675
Letras de crédito do agronegócio (LCA)	8.639	18.758
Letras de crédito imobiliário (LCI)	8.404	12.011
Deságio na colocação de títulos	2.671	5.100
Despesa de contribuição ao FGC	<u>1.055</u>	<u>2.137</u>
	<u>190.262</u>	<u>372.415</u>
Empréstimos e Repasses		
BNDES/Finame	15.305	31.888
Caixa Econômica Federal	<u>227</u>	<u>457</u>
	<u>15.532</u>	<u>32.345</u>
	<u><u>205.794</u></u>	<u><u>404.760</u></u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da rubrica "Outras obrigações - Sociais e estatutárias" corresponde a R\$ 3.149, composto pelo saldo remanescente de JCP a pagar (nota 22 (c)).

b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2025
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 12b)	78.789
Outros impostos e contribuições a recolher	2.470
	<u>81.259</u>
Circulante	<u>2.470</u>
Não circulante	<u>78.789</u>

c) Diversas

Descrição	2025
Provisão para passivos contingentes (c.i)	11.737
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	10.733
Obrigações do Plano Único (ii)	6.768
Obrigações com operações de crédito a liberar (iii)	7.862
Créditos na venda de veículos apreendidos (iv)	2.497
Equalização de taxas recebidas antecipadamente (v)	2.833
Recursos do FGTS para amortizações	1.510
Outros	<u>38</u>
	<u>43.978</u>
Circulante	<u>38.359</u>
Não circulante	<u>5.619</u>

(i) Referem-se a contas a pagar com pessoal, despesas administrativas e provisões de despesas com a operação de arrendamento mercantil operacional.

(ii) Correspondem aos valores devidos aos clientes que aguardam habilitação do crédito contratado.

(iii) As operações de crédito a liberar, representam os contratos que aguardam o pagamento do crédito.

(iv) Refere-se aos saldos positivos remanescentes das vendas de veículos apreendidos para quitação dos débitos, disponível para devolução aos clientes das operações de crédito correspondentes.

(v) Refere-se a rendas antecipadas de equalização de taxas de operações de crédito, cuja realização ocorre na fluência dos respectivos prazos contratuais.

(c.i) Provisão para passivos contingentes

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária, conforme critérios de reconhecimento e mensuração da Nota 2 (m).

(i) Contingências Cíveis

As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais.

Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

A apuração da provisão é realizada mensalmente, considerando o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, observando-se a natureza da ação, a sua fase e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

(ii) Contingências Trabalhistas

As provisões decorrem de condenações de ações trabalhistas em face da Rodobens. Para fins de provisão deve ser considerado o valor bruto da condenação (principal corrigido somado aos encargos previdenciários e fiscais), apurados através de cálculos elaborados por calculista/contador (das partes ou do juízo), conforme política interna. A cada decisão proferida, o valor provisionado é reavaliado e alterado se necessário (modificação do julgado/alteração de fase).

(iii) Contingências Tributárias

As provisões são decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis à empresa, seja em fase 1, 2 ou 3, onde as chances de reversão são improváveis. A contingência tem como objetos: multas de trânsito e Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) de veículos dados em garantia (alienação fiduciária), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de imóveis dados em garantia (alienação fiduciária) e honorários sucumbenciais.

(iv) Movimentação das provisões constituídas

Estão apresentados a seguir, os saldos das provisões constituídas, as movimentações realizadas, bem como os depósitos em garantia e suas respectivas atualizações para as áreas cível, trabalhista e tributária. Os índices de correção monetária dos depósitos em garantia variam conforme o estado, a esfera (justiça comum, federal e trabalhista) e a operação bancária.

No Banco do Brasil, o índice aplicado é a Poupança, independentemente da esfera. Na Caixa Econômica Federal, os índices variam conforme a operação, podendo ser Poupança, TR ou SELIC. Os demais bancos possuem índices variados, como SELIC ou Poupança.

Natureza	Provisão para passivos contingentes					Valores depositados em garantia		
	Saldo inicial	Constituições	Reversões	Pagamentos	Saldo Final	Depósitos judiciais		Total
						Atualização		
Cível	5.514	6.581	(1.588)	(1.038)	9.469	433	9	442
Trabalhista	1.303	1.191	(158)	(208)	2.128			
Tributária	129	48	(37)		140	21	18	39
	6.946	7.820	(1.783)	(1.246)	11.737	454	27	481

d) Passivos contingentes, não provisionados

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, o Banco tem ações judiciais e processos de natureza cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como passivos contingentes (perda possível), para os quais não há provisão constituída, e estão apresentados no quadro a seguir:

Natureza	2025	
	Valor	Quantidade
Cível	12.579	31
Trabalhista	977	6
Tributária	14.130	5
	<u>27.686</u>	<u>42</u>

22. Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O capital social é representado por ações ordinárias nominativas sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	% de participação	2025	
		Posição Ações Ordinárias	Capital Social
Rodobens S.A.	88,15%	249.215.820	354.403
Rodobens Adm. Corretora de Seguros Ltda	11,85%	33.502.071	47.642
	<u>100,00%</u>	<u>282.717.891</u>	<u>402.045</u>

(b) Reservas de lucros

O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro é formado por reserva legal, reserva estatutária e lucros a deliberar.

A reserva legal é composta pela destinação de 5% do lucro líquido auferido em cada exercício, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva totalizou o montante de R\$ 70.749 e tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva estatutária refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e tem por finalidade garantir meios financeiros para o desenvolvimento da sociedade e garantir recursos para pagamentos de dividendos e para aumento de capital, a ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, não podendo superar o saldo de 95% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva estatutária totalizou o montante de R\$ 238.235.

Os lucros a disposição da Assembleia representam exclusivamente o saldo de lucros apurados no exercício corrente aguardando destinação em deliberação da Assembleia Geral Ordinária, conforme Art. 132, inciso II da Lei 6.404/76. A administração propõe a distribuição complementar de dividendos no montante de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

R\$ 5.255 para cumprir o mínimo obrigatório, conforme previsto no estatuto social. Em 31 de dezembro de 2025, os lucros a disposição da Assembleia totalizavam o montante de R\$ 61.519.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária, sujeito à aprovação de Assembleia Geral de Acionistas.

Os juros sobre capital próprio foram calculados com base na variação TJLP.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos, foram quitados mediante transferência eletrônica de recursos. Já o montante provisionado está registrado na rubrica 'Outras obrigações - sociais e estatutárias' (nota 21(a)), corresponde a R\$ 3.149. Foi pago no exercício de 2025, o montante de R\$ 10.220 referente dividendos e juros sobre o capital próprio.

(d) Outros resultados abrangentes

A variação no patrimônio líquido referente aos outros resultados abrangentes é decorrente de ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários (líquido de impostos) e a parcela efetiva dos ganhos ou perdas dos derivativos (Swap) qualificados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa (nota 6).

(e) Movimentação PL - adoção CPC 06 e Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>2025</u>
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.975 - CPC 06 (R2)	
Efeitos de implantação de saldos iniciais	85
(-) Tributos diferidos	(38)
Efeitos das investidas (proporcional a participação societária)	<u>28</u>
	75
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966 - Perdas esperadas	
Efeitos de implantação de saldos iniciais	12.906
(-) Tributos diferidos	(5.808)
Efeitos das investidas (proporcional a participação societária)	<u>2.662</u>
	<u>9.760</u>
Efeito líquido das adoções iniciais	<u>9.835</u>

23. Transações entre partes relacionadas

(a) Saldos e operações

Os valores abaixo se referem às transações do Banco com partes relacionadas do Grupo Rodobens ocorridas no exercício. As taxas utilizadas pelo Banco nas operações envolvendo partes relacionadas são taxas usuais de mercado nas datas das transações ou observação de transações equivalentes com partes independentes.

	Coligadas (i)						Controladora	Outros (ii)	
	Rodobens Administr. Consórcios	Portobens Administr. Consórcios	BrQualy Administr. Consórcios	CNF Administr. Consórcios	Rodobens Brasil Participações	ConBr Administr. Consorcios	RNI Negócios Imobiliários	Rodobens S.A.	Outros
Saldos ativos									
31 de dezembro de 2025	1.455	5.456				594			31.370
Saldos passivos									
31 de dezembro de 2025	167		10	9		13	61		104.144
Receitas e despesas									
Segundo semestre de 2025									
Resultado de depósitos e recursos de aceite	(2)		(1)	(1)		(1)	(4)		(12.399)
Resultado de empréstimos									2.421
Equalização de taxas	6.047	22.953		7		3.299			1.163
Intermediação de negócios									(2.165)
Outras receitas (despesas) administrativas	(6.002)								
Exercício de 2025									
Resultado de depósitos e recursos de aceite	(13)	(6)	(4)	(6)	(85)	(3)	(15)	(38)	(24.798)
Resultado de empréstimos									4.464
Equalização de taxas	11.060	43.405		33		6.796			1.500
Intermediação de negócios									(3.155)
Outras receitas (despesas) administrativas	(16.503)								

(i) Coligadas

Os saldos patrimoniais referem-se, substancialmente às operações de crédito (empréstimos para capital de giro) e operações de depósitos a prazo. Os valores de resultado são provenientes dos resultados dessas operações e rateio de despesas administrativas advindas do centro de serviços compartilhados e receita com equalização de taxas.

(ii) Outras pessoas ligadas e pessoal chave da administração

Os saldos patrimoniais referem-se, substancialmente, às operações de crédito (empréstimos para capital de giro) e depósitos a prazo. Os valores de resultado são provenientes dos resultados dessas operações, rateio de despesas administrativas advindas do centro de serviços compartilhados, receita com equalização de taxas, e despesa com intermediação de negócios.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A proposta de remuneração dos administradores é aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO), aplicável aos membros do Conselho e diretores-estatutários, conforme previsto pela Resolução CMN nº 3.921/10 e política interna. Desde 1º de janeiro de 2025, a remuneração dos administradores passou a reger-se pela Resolução CMN nº 5.177, de 26 de setembro de 2024.

(i) Benefícios de Curto Prazo:

Abaixo estão apresentados os montantes de remuneração de curto prazo dos administradores abrangendo a remuneração fixa e variável:

	<u>2025</u>
Benefícios de Curto Prazo	
Remuneração fixa - honorários da diretoria	605
Remuneração variável - participação nos resultados	<u>1.012</u>
	<u>1.617</u>

(ii) Benefícios de longo prazo:

Parte da remuneração variável é diferida para pagamento conforme o desempenho futuro. Em 31 de dezembro de 2025 esse montante totalizou R\$ 259, a ser pago a partir do exercício de 2027.

(iii) Benefícios rescisórios:

Nas hipóteses de rescisão de contrato do administrador, com a consequente destituição do cargo estatutário, o administrador manterá seu direito à remuneração, observando-se as condições descritas no contrato de remuneração variável correspondente. Contudo, perderá o direito de exercer as remunerações futuras, nas hipóteses de rescisão em decorrência de situações expressamente descritas na Política de Remuneração.

24. Outras informações

(a) Despesas de pessoal

<u>Descrição</u>	<u>2º Semestre 2025</u>	<u>2025</u>
Proventos	5.524	10.771
Remuneração da administração (Nota 23(b))	483	1.617
Encargos sociais	1.878	3.833
Benefícios	1.937	3.724
Indenizações e aviso prévio	17	207
Outras	<u>1</u>	<u>6</u>
	<u>9.840</u>	<u>20.158</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2025	2025
Despesas compartilhadas (i)	5.990	14.885
Serviços de informática (ii)	4.695	9.778
Depreciação e amortização	1.920	3.534
Acordos e condenações judiciais	1.691	2.255
Serviços técnicos especializados (iv)	2.086	2.448
Provisões (reversões) de despesas administrativas (iii)	(3.757)	(3.454)
Viagens	460	897
Aluguéis	92	161
Entidades de classe	391	755
Serviços de terceiros	560	867
Manutenção e conservação	278	531
Propagandas e publicidade	1.272	1.349
Comunicações	25	84
Despesas de imóveis retomados	32	79
Outras	153	513
	15.888	34.682

- (i) Refere-se, substancialmente, aos repasses de despesas do centro de serviços compartilhados, que mantém as atividades administrativas do Grupo Rodobens.
- (ii) Despesas com processamento e licenças de sistemas de suporte às atividades da instituição.
- (iii) Provisão para despesas administrativas referente serviços de terceiros como auditoria, publicações e processamento de dados. Reversão de provisão de repasses de despesas corporativas e participação de lucro de empregados e administradores.
- (iv) Refere-se substancialmente a despesas com serviços auditoria, consultoria empresarial e honorários advocatícios. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente no formulário de referência nível do controlador Rodobens S.A..

(c) Despesas tributárias

	2º Semestre 2025	2025
COFINS	2.411	4.636
PIS	392	754
ISSQN	185	387
Outras	86	148
	3.074	5.925

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outras receitas (despesas) operacionais

	2º Semestre 2025	2025
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas (i)	2.528	4.195
Atualização monetária depósitos em garantia (ii)	576	1.101
Atualização cotas de consórcio (iii)	1.642	1.642
Atualização de impostos a compensar	81	163
Serviços de Cobrança	878	1.579
Outras receitas	90	489
	<u>5.795</u>	<u>9.169</u>
(-) Outras despesas operacionais		
Gastos com bens não de uso próprio (iv)	(7.642)	(13.962)
Descontos concedidos em renegociações (v)	(3.413)	(3.418)
Perdas na venda de bens não de uso próprio (vi)	(1.411)	(9.848)
Perdas de outros créditos (vii)		(1.418)
Serviços de terceiros	(3.024)	(5.769)
Despesas com intermediação de negócios (viii)	(1.964)	(2.894)
Outras despesas	(1.242)	(1.219)
	<u>(18.696)</u>	<u>(38.528)</u>
Reversões (provisões)		
Despesas leasing operacional	(506)	(1.116)
Passivos contingentes	(2.705)	(4.791)
Outros créditos (ix)	2.458	1.679
Outros valores e bens (x)	(853)	2.615
	<u>(1.606)</u>	<u>(1.613)</u>
	<u>(14.507)</u>	<u>(30.972)</u>

- (i) Refere-se substancialmente ao ressarcimento de despesas documentais de veículos e imóveis, incorridas nos processos de venda de produtos;
- (ii) Atualização monetária (Poupança, TR e SELIC) dos depósitos judiciais em garantia, de natureza cível, trabalhista e tributária;
- (iii) Os valores referem-se substancialmente a atualização monetária dos créditos de cotas de consórcios adquiridas/subscritas pelo Banco Rodobens, tendo como base a variação do valor do bem;
- (iv) Gastos irrecuperáveis e provisões para perdas de gastos com contencioso, que compreendem: retomada, guarda, manutenção e venda de bens não de uso próprio;
- (v) Refere-se, substancialmente, ao desconto concedido em uma operação de crédito com cliente em recuperação judicial, em que parte da dívida foi quitada com veículos em dação, e o saldo remanescente concedido o desconto;
- (vi) Resultado na alienação de bens não de uso próprio (BNDU) mantidos para venda;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (vii) Perdas de outros créditos representam os gastos com contenciosos não recuperados, para os quais havia provisão para perdas constituídas;
- (viii) As despesas com intermediação de negócios referem-se à remuneração dos correspondentes pela contratação das operações de crédito e arrendamento mercantil;
- (ix) Resultado da provisão e reversão de provisão para perdas constituídas de gastos com contenciosos;
- (x) Resultado das provisões e reversões de provisões de desvalorizações de bens não de uso próprio (BNDU) recebidos.

(e) Resultados recorrentes e não recorrentes

	2025		
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Resultado do Exercício
Receitas da intermediação financeira	609.359		609.359
Despesas da intermediação financeira	(504.422)		(504.422)
Resultado bruto da intermediação financeira	104.937		104.937
Outras receitas (despesas) operacionais (i)	(14.083)	266	(13.817)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	90.854	266	91.120
Imposto de renda e contribuição social (ii)	(7.580)	(120)	(7.700)
Participações no lucro	(5.210)		(5.210)
Lucro líquido do exercício	78.064	146	78.210

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu despesa operacional decorrente da baixa de benfeitorias registradas no imobilizado, em função da mudança de prédio.

25. Limite operacional – Acordo da Basileia

O Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.955/21 e alterações posteriores, estabeleceu a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e, através da Resolução CMN nº 4.958/21 e alterações posteriores, dispôs sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, que tem a seguinte composição:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atividade
Banco Rodobens S.A.	Instituição Financeira
Rodobens Administradora de Consórcios Ltda	Administradora de consórcios
Portobens Administradora de Consórcios Ltda	Administradora de consórcios
BrQualy Administradora de Consórcios Ltda	Administradora de consórcios
CNF Administradora de Consórcios Nacional Ltda	Administradora de consórcios
ConBr Administradora de Consórcios S.A.	Administradora de consórcios
Rodobens Brasil Part., Emp. e Neg. Ltda.	Holding
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Credito Privado VR	Fundo de Investimento
Rdbs Fundo de Investimento Renda Fixa Credito Privado	Fundo de Investimento
Floreal 1918 Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	Fundo de Investimento

O Índice Basileia para 31 de dezembro de 2025 com base no conglomerado prudencial é 15,77%, conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2025
Patrimônio de referência (PR), Nível I	834.544
Capital Principal (CP)	
Patrimônio líquido	1.837.629
(-) Participação de não controladores nos fundos de investimentos (i)	(693.054)
(-) Ajustes prudenciais (ii)	(315.356)
(+) Ajuste decorrente de constituição de perdas esperadas	5.324
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	5.290.747
Risco de crédito (RWA_{CPAD})	4.056.939
Risco operacional (RWA_{OPAD})	1.233.808
Patrimônio de referência mínimo requerido: 8% (iii)	423.260
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido	411.284
Índice Basileia (PR/RWA)	15,77%

- (i) Refere-se às cotas dos Fundos de Investimentos consolidados e pertencentes a entidades não integrantes do Conglomerado Prudencial, classificadas no Patrimônio Líquido a partir do exercício 2022, conforme Instrução Normativa BCB nº 272/22, mas que não compõe o Patrimônio de Referência.
- (ii) Os ajustes prudenciais são compostos, substancialmente, pela participação de não controladores, créditos tributários sobre diferenças temporárias e ativos intangíveis.
- (iii) Ao mínimo requerido de 8% acrescenta-se 2,5% de ACP de conservação, chegando a 10,5% que comparado ao Índice Basileia, indica cumprimento dos requisitos de capital.

O Índice de Imobilização para 31 de dezembro de 2025 com base no conglomerado prudencial é 28,31%, que indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente e, conforme definido pelo Bacen, o máximo permitido é de 50%.

26. Gerenciamento de riscos e capital**Cultura de Riscos**

Disseminamos a cultura de riscos para aumentar o nível de conscientização dos colaboradores quanto ao seu papel na gestão dos riscos corporativos, por meio de:

- a) Código de Conduta que estabelece boas práticas, valores que devem ser seguidos pelos colaboradores e canais de denúncia, sendo amplamente divulgados;
- b) Políticas de Riscos que determinam os processos e procedimentos que são executados em cada área de risco;
- c) Divulgações periódicas de normativos pela área de Compliance;
- d) Disponibilização de canal direto de comunicação com Compliance;
- e) Participação em comissões de entidades representativas do setor com posterior disseminação interna;
- f) Integração das áreas de governança — como Compliance, Gestão de Riscos, Controles Internos e Auditoria — aliada à atuação de departamentos dedicados às agendas ambiental e social.
- g) Treinamentos internos pela Universidade Rodobens e externos quando necessários.

Gestão Integrada de Riscos

Para os diversos tipos de riscos, financeiros ou não, a Rodobens estabeleceu tipos de controles, observando os limites aceitáveis e os principais riscos no dia a dia do negócio, adotando instrumentos que permitem a consolidação e controle de uma forma integrada.

A consolidação dos riscos abrange todas as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio da Rodobens, com reporte estruturado ao Conselho de Administração e aos comitês temáticos de assessoramento a ele vinculados:

- a) Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos;
- b) Comitê de Inovação e Transformação Digital;
- c) Reunião de Pessoas, Remuneração e Cultura Organizacional;
- d) Comitê de Integridade e Conduta Ética;
- e) Comitê de Continuidade dos Negócios e Gestão de Crise.

Todos os comitês possuem a função de assessoramento e estão vinculados ao Conselho de Administração.

São adotados os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- a) Visão consolidada de riscos;
- b) Compatibilização entre apetite de risco, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- c) Segregação funcional das áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- d) Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das melhores práticas de mercado;
- e) Envolvimento da Alta Administração.

A Rodobens estabeleceu alguns parâmetros de alertas e limites aos riscos passíveis de quantificação, criando níveis de sinalização como:

O Alerta que indica que, embora seja admissíveis o atingimento, significa um estado de “atenção”, podendo este, conforme a relevância antecipar ações corretivas.

O Limite que indica a situação a partir da qual uma ação é necessária, buscando a correção e retorno para o status prévio de alerta.

O atingimento destes níveis deve ser tratado através da aplicação e acompanhamento de planos de ação, que pode ser analisar a evolução do cenário como um todo para tomada de medidas estratégicas.

Pilares de Gestão de Risco

O Banco implantou a sua estrutura de gerenciamento de riscos e capital em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores.

I. Risco de Crédito

A gestão do Risco de Crédito está alinhada às estratégias e políticas de crédito, que estabelecem limites operacionais e mecanismos de mitigação, assim como procedimentos aplicados na manutenção da exposição em níveis considerados aceitáveis pela Diretoria e Conselho de Administração.

Tendo como objetivo a identificação, mensuração, controle e a mitigação deste Risco, a Rodobens atua no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, no monitoramento de concentrações, acompanhamento de operações após a concessão, na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito, no ambiente interno e externo.

Os controles de concentração versam sobre exposições em grupos econômicos, empresas, pessoas físicas, partes relacionadas e operações compromissadas.

O processo de Crédito é constituído pelas etapas de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação.

II. Risco de Liquidez

Somos conservadores na administração do risco de liquidez, observando os diferentes impactos em cenários macroeconômicos que possam alterar a disponibilidade de recursos no mercado financeiro, sendo a administração do risco orientada por:

- a) Acompanhamento do fluxo de caixa projetado x Limite mínimo;
- b) Avaliação de operações da carteira com detalhamento das projeções de fluxo de caixa;
- c) Avaliação dos principais vencimentos que ocorrerão;
- d) Envolvimento da alta administração no monitoramento e tomada de decisões.

Para a gestão do risco de liquidez são projetados frequentemente os fluxos de entradas/saídas e saldo de caixa frente margem mínima de segurança para o horizonte futuro suficiente para controle e tomada de decisões estratégicas.

As premissas de stress aplicadas podem ser ajustadas de acordo com os acontecimentos objetivando sempre refletir o contexto vivenciado e o horizonte de eventos esperados e de baixa probabilidade de ocorrência.

III. Risco de Mercado

O nível aceitável de risco de variação das taxas de juros é baseado nas características das exposições, e leva em conta a natureza das operações, a segregação das carteiras, o nível de complexidade dos produtos e representatividade. Os limites são estabelecidos com intuito de refletir o apetite ao risco e garantir que a exposição esteja alinhada aos objetivos estratégicos da Instituição.

Os índices e fatores de influência em gestão do risco de mercado são avaliados e monitorados para garantir aderência aos limites estabelecidos.

Visando o cumprimento da legislação atual, são enviados relatórios à Diretoria para acompanhamento e tomada de decisão de acordo com as necessidades das posições existentes.

IV. Risco Socioambiental

Na fase de concessão e análise da operação de crédito, todos os proponentes identificados como atividades classificadas na avaliação de riscos socioambientais devem passar pela verificação da conformidade legal das suas atividades. O objetivo é avaliar se o cliente está em conformidade legal, utilizando-se para isso, pesquisas de informações públicas (ausência de licenças ou autorizações, embargos ou ações de órgãos públicos, multas ambientais, sociais ou trabalhistas, entre outras), identificando possíveis investigações e ou crimes, diretamente ligados a pessoa física (clientes e sócios) e pessoa jurídica.

V. Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é mantido por processo contínuo de monitoramento e controle, onde avaliamos os cenários para fazer frente aos riscos que a instituição está sujeita e preparamos o planejamento e metas de acordo com seus objetivos estratégicos.

A Rodobens possui uma estrutura de gerenciamento de capital condizente com o seu porte, e com a complexidade de suas operações financeiras, visando apoiar o processo decisório nos negócios, além de manter o nível de capital enquadrado aos limites mínimos exigidos pelo Banco Central.

A avaliação da adequação e suficiência de capital é monitorada constantemente através do documento de limites operacionais (DLO), e seus principais indicadores são reportados aos diretores e conselheiros via RAS (*Risk Appetite Statement*).

a) Análise de sensibilidade para exposição à taxa de juros

O Banco acompanha as variações dos indexadores de taxas de juros Pré, CDI, IGPM, IPCA e TR a fim de avaliar os impactos nos resultados de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, carteira de operações de créditos, passivos onerosos e derivativos. Com base nesses componentes, foram mensurados os valores a mercado (MtM) utilizando como premissa o valor presente das cotações futuras dos instrumentos financeiros.

As curvas de juros foram estressadas nas seguintes porcentagens para análises dos cenários: +50%, +25%, -25% e -50%. Ao final, foram calculadas as diferenças dos valores com stress e sem stress para identificar a sensibilidade de impacto sobre os componentes:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2025							
	Saldo em	Prazo teórico	Valor de				
	31/12/2025	(dias)	mercado	(+)	(+)	(-)	(-)
			(MtM)	50%	25%	25%	50%
Componentes							
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	410.103	365	409.961	(59)	(31)	32	66
Operações de crédito							
Carteira Pré	1.699.861	365	1.769.305	(104.774)	(53.958)	57.398	118.575
Carteira IPCA	856.458	365	796.492	(35.070)	(17.923)	18.752	38.393
Carteira IGPM	8.547	365	8.686	(298)	(152)	157	319
Carteira TR	6.650	365	6.358	(324)	(166)	175	360
Carteira DI	33.871	365	34.258				
Passivos onerosos	(2.687.708)	365	(2.683.981)	65.985	33.821	(35.611)	(73.163)
Derivativos (<i>swaps</i>)	(21.481)	Não se aplica	(14.259)	31.121	16.188	(17.599)	(36.793)
Valores de mercado com stress				(+)	(+)	(-)	(-)
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				409.902	409.930	409.993	410.027
Operações de crédito							
Carteira Pré				1.664.531	1.715.347	1.826.703	1.887.880
Carteira IPCA				761.422	778.569	815.244	834.885
Carteira IGPM				8.388	8.534	8.843	9.005
Carteira TR				6.034	6.192	6.533	6.718
Carteira DI				34.258	34.258	34.258	34.258
Passivos onerosos				(2.617.996)	(2.650.160)	(2.719.592)	(2.757.144)
Derivativos (<i>swaps</i>)				16.862	1.929	(31.858)	(51.052)

VI. Risco Operacional

O gerenciamento de riscos operacionais é realizado por sistemas especializados. Os sistemas oferecem o devido suporte para as fases de mapeamento, cadastro de processos, avaliação e mensuração dos riscos, planos de ação, relatórios gerenciais, reportes para alta administração, alocação de capital e base de perdas.

O gerenciamento de risco operacional é essencial em todas as suas atividades, sendo utilizado com o objetivo de agregar valor ao negócio.

27. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes passíveis de divulgação entre as datas de 31 de dezembro de 2025 até a data de emissão das demonstrações financeiras.

* * *